



MENTIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

18.10.06

Celso Correia

REQUERIMENTO Nº 231/X (2ª) - AC

Ao Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

A Deliberação do Conselho de Ministros de 31 de Agosto último pretende traduzir-se “em orientações para a conclusão dos trabalhos de elaboração e de programação do Quadro de Referência Estratégico Nacional / QREN e dos respectivos Programas Operacionais por parte do Grupo de Trabalho do QREN” bem como constituir-se como “a respectiva base para as interacções com as Regiões Autónomas e com a Comissão Europeia”, complementando assim “as orientações estabelecidas na Resolução de Conselho de Ministros nº 25/2006, de 10 de Março”.

A Deliberação aprova ainda a afectação financeira das dotações comunitárias do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão para o período de programação 2007/2013.

Trata-se pois de uma deliberação com a máxima relevância.

Esta Deliberação tem uma orientação estratégica que privilegia na repartição de verbas:

- o reforço das verbas destinadas à qualificação dos recursos humanos
- o reforço das verbas destinadas à promoção do crescimento sustentado da economia portuguesa.

Essas orientações estratégicas merecem a nossa aprovação por responderem a dois problemas centrais da nossa economia, a saber: o défice de competências e qualificações; as debilidades dos níveis de competitividade económica.

A Deliberação em referência, positiva nos seus elementos essenciais, merece porém a nossa reserva, como deputados eleitos pela Região Autónoma da Madeira, no que concerne à criação de um Envelope Indicativo da Região do Algarve. Não está em causa a justeza de corrigir uma situação claramente anómala decorrente da decisão comunitária das Perspectivas Financeiras e da sua repartição regional – a que correspondeu, no caso do Algarve, a uma perda face ao anterior Quadro Comunitário de 75%. Está em questão saber os fundamentos para que o Governo não tenha aproveitado igualmente para a correcção de outras situações de perdas financeiras regionais, em particular no caso da Região Autónoma da Madeira em que a perda é de cerca de 50%.

Face ao exposto, os deputados signatários vêm requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional informação relativa a esta matéria.

Assembleia da República, 18 de Outubro de 2006

Os Deputados

MAXIMINO MARINHO

Maria Júlia Gomes Leuninger Caré

Ricardo José Teixeira de Freitas

